

No Relatório do Orçamento de Estado proposto para 2015, interessa examinar o Subcapítulo IV.14 — Ciência e Ensino Superior (p.192), que se apresenta como segue:

IV.14. Ciência e Ensino Superior (P014) .....	p.176
IV.14.1. Políticas .....	p.176
IV.14.2. Orçamento .....	p.177

O Ministério da Educação e Ciência que é o Ministério 12, é “alimentado” do ponto de vista orçamental, pelos Programas Operacionais P013 – “Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar” e P014 – “Ciência e Ensino Superior”.

Deve notar-se que existe investigação em outros Ministérios, como bem se sabe, e esse facto tem reflexo na estrutura orçamental, em regra fazendo aparecer a palavra “investigação” no nome das Medidas em que ela é contemplada. Por exemplo, nos laboratórios do Estado que têm outras tutelas. Por exemplo no caso do Ministério da Saúde que é o Ministério 11, e é todo “alimentado” pelo Programa Operacional 012 – “Saúde”, o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, é financiado exclusivamente pela Medida 021 “SAÚDE – INVESTIGAÇÃO”. Anote-se a curiosidade de no orçamento Privativo do INSA aparecerem unicamente receitas (e despesas) de “Actividades” e não de “Projectos”, ao invés do que acontece com outras instituições que se sabe terem projectos de investigação, nomeadamente, outros laboratórios do Estado.

Considere-se que o objectivo destas observações aqui deixadas mais não é que o de ajudar a desbravar a compreensão do OE e a interpretação da sua estrutura.

Voltemos então à “Ciência e Ensino Superior” (P014).

O Relatório com um total de 278 páginas, dedica 71 páginas às “Políticas Sectoriais para 2015 e Recursos Financeiros”. Dessas, 4 páginas respeitam ao Programa Operacional P014-” Ciência e Ensino Superior” (encontra-se nas páginas numeradas de 176 a 180)

No que toca a “Políticas” anota-se a frase em que é afirmado que *“Ao nível da Ciência, são objetivos estratégicos do Governo reforçar as capacidades de investigação científica e tecnológica em Portugal, aumentar a competitividade internacional do Sistema de Ciência e Tecnologia Nacional, estimular a sua articulação com o tecido empresarial, e incentivar a sua contribuição para a Estratégia de I&I para a Especialização Inteligente de Portugal”*

Isto é em si inócuo, deixando em suspenso a resposta à questão de que medidas o governo se propõem tomar para atingir tal “objectivo estratégico” Quem conhece o caminho que o chamado Sistema Científico e Tecnológico Nacional tem vindo a percorrer de há pelo menos dez anos a esta parte, e a forma como o actual mas também anteriores governos, têm agido ou absterido de agir, sobre o sistema, decerto encarará como absoluta necessidade a de modificar profundamente as políticas seguidas, às vezes ausentes, em geral erradas e persistentemente ignorantes da realidade vivida nos nossos centros e instituições de investigação e das agudas distorções e insuficiências do sistema, tanto no

que toca a recursos humanos e suas condições de trabalho, como no que respeita aos recursos materiais e financeiros. Doutra forma não pode esperar-se do potencial científico e técnico nacional a contribuição que noutras condições poderia e deveria dar para o progresso social, económico e cultural do País.

Vejamos então que medidas concretas são propostas a um Parlamento cujo analfabetismo funcional é, neste campo, infelizmente, muito notável:

- **Abertura do 4.º Concurso** do Programa Investigador FCT;
- **Criação do Programa** “Excelência em Investigação Clínica”, em parceria com o Ministério da Saúde;
- **Concurso** para financiamento de infra-estruturas de I&D de interesse estratégico;
- Lançamento do **concurso** de avaliação das unidades de I&D de acordo com os resultados da avaliação internacional iniciada em 2013.

Três “concursos” e um “programa”. Em todos os casos haverá “avaliação” e “avaliadores”: certamente tudo se passará da *forma transparente e clara* a que vimos sendo habituados, já que não houve que se saiba qualquer sinal de reconhecimento de erros passados nem manifestação de interesse em alterar métodos de trabalho por parte dos responsáveis. Quanto a infra-estruturas de *interesse estratégico* admite-se que já estejam identificadas pois se prevê a abertura de um concurso para financiamento das mesmas. Que estruturas são essas e como foram identificadas na gritante ausência de uma qualquer política científica nacional própria que tenha sido discutida, quando e por quem?

No que toca a meios financeiros para a I&D pública não se nota em parte alguma que se preveja maior disponibilidade, significativa, que afaste a penúria existente. Tudo indica que se manterá o fosso existente entre os valores da despesa em Portugal per capita de investigador em equivalente a tempo integral, relativamente à média europeia (cerca de um terço).

É verdadeiramente extraordinário ver-se como, com que requintada e pomposa, elegância verbal, se procura transmitir a ideia de que é possível compatibilizar os objectivos a atingir, aliás, eles próprios, de duvidosa consistência, com uma crescente e desastrosa contracção (no melhor dos casos, manutenção) dos meios indispensáveis à concretização dos mesmos objectivos.

Repare-se em que os graves problemas que afligem o Sistema Científico e Técnico Nacional, são, no essencial, ignorados. A inexistência de uma orientação quanto às políticas de ciência e tecnologia, global e sectoriais; a prodigiosa escassez de pessoal técnico de apoio às actividades de investigação, desenvolvimento tecnológico, inovação e extensão; o continuado bloqueio do recrutamento de jovens em condições de estabilidade de emprego, para preencher as gritantes lacunas de pessoal investigador e docente; a inexistência de contratos-programa de médio prazo voltados para temas de importância nacional, dotados dos necessários meios humanos, materiais e financeiros. Ao mesmo tempo, insiste-se na continuada promoção de variadas vias de formação de pessoal científico investigador ao nível da pós-graduação, com vista a doutoramento, e em algumas, provavelmente escassas, oportunidades de trabalho precário para novos

doutores. Ignora-se a situação inadmissível criada a jovens investigadores, convidados a transformar-se na prática em empresários individuais, já que são instados a procurar pelos seus próprios meios fontes de financiamento que lhes permitam receber um salário ao fim do mês e adquirir boa parte dos meios de trabalho de que necessitam. Há mesmo casos em que a instituição de acolhimento (talvez devesse chamar-se-lhe “asilo”) obriga ao “cumprimento voluntário” de trabalho docente e de investigação não pago.

A rubrica do orçamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia que “alimenta” o pagamento de “bolsas” cai “apenas” cerca de 1 milhão de Euros, entre 2014 e 2015. Entretanto — caso curioso — a despesa acumulada nesses dois anos para a aquisição de “software” informático ascende a quase 28 milhões de Euros. E, em 2015, os fundos a transferir para o estrangeiro (países estrangeiros fora da União Europeia, e organizações internacionais) são estimados em 46 milhões de Euros. Seria bom saber a que se destinam e que mais-valia trazem ao País.

Entre 2014 e 2015 os laboratórios do Estado que ainda subsistem, perdem 1 milhão de Euros; entre 2011 e 2015, a quebra das dotações dos Laboratórios (a prços correntes) ascende a cerca de 22%. A parte da FCT neste financiamento é uma parte menor ainda que se faça sentir com considerável impacto no que toca ao financiamento de projectos, muito dependente dos dinheiros da Fundação e de concursos internacionais, já que os laboratórios mal dispõem de verbas num montante suficiente para pagar vencimentos e gastos correntes com água, energia, comunicações, etc.

Em 2015, a despesa efectiva total do programa P014 – “Ciência e Ensino Superior” cresce em cerca de 74 M€ relativamente a 2014 (cerca de +2%). A Medida 4 do Programa P014 (M-004-Serv. Gerais da A.P. - Investigação Científica de Carácter Geral) que é a fonte de financiamento mais robusta das actividades de I&D, cresce cerca de 6% ou 42M€ entre 2014 e 2015. Sendo, em si mesmo positivos, estes aumentos não são nem de perto nem de longe realmente significativos para que se possa esperar uma qualquer melhoria realmente significativa no contexto das dificuldades que atravessa o Sistema Científico e Técnico Nacional, dificuldades que não são de hoje, como já se referiu.

Na análise precedente, não foram tidas em conta as chamadas “cativações” de verbas que, todos os anos, introduzem um factor adicional de incerteza acerca dos fundos de que as várias entidades e instituições efectivamente virão a dispor, sendo que, pelo menos em alguns casos, as cativações têm abrangido também receitas próprias.

Uma última nota relativa ao financiamento das universidades portuguesas. O financiamento público total para o conjunto das universidades do país, referido à população é, respectivamente: em Espanha, quase 3 vezes superior ao nosso; na Áustria, mais de 4 vezes; na Dinamarca, mais de 9 vezes (valores de 2012, publicados pela European University Association, ver <http://www.eua.be> ).

11Nov2014